



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DE LIDERANÇAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA PLENÁRIAS DAS MULHERES NO IV ENA¹

MARINHO, Wanessa A.2

2 Graduada em Comunicação Social e atualmente Graduanda em Ciências Sociais, Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, a.wanessamarinho@gmail.com.

RESUMO

Muitos movimentos sociais vêm adotando a agroecologia como estratégia de luta e como novo enfoque produtivo e ambiental, mas não sem disputa por narrativas ou conceitualizações. Entre as mulheres do Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia não é diferente, entretanto permanece uma coerência de princípios e do sentido estratégico de enfrentamento ao patriarcado, ao capital, e ao processo de modernização conservadora da agricultura. A partir da organização de diversos movimentos de mulheres em torno das bandeiras do feminismo e da agroecologia, este artigo busca analisar as manifestações públicas, as questões implícitas e as formas de participação de mulheres agricultoras, quebradeiras de coco, indígenas e quilombolas durante a Plenária das Mulheres no IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que reuniu milhares de pessoas de todo o país, no Parque Municipal em Belo Horizonte (MG), entre os dias 31 de maio e 03 de junho de 2018.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo; Agroecologia; Participação; Movimentos Sociais.

INTRODUÇÃO

Em *O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica* (1997), Marshall Sahlins afirma que não existe a menor possibilidade da "cultura" desaparecer enquanto objeto principal da Antropologia, uma vez que "a 'cultura' não pode ser abandonada, sob pena de deixarmos de compreender o fenômeno único que ela nomeia e distingue: a organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos" (p. 41). É nesse sentido, "da organização da experiência e da ação humana por meios simbólicos", e é também a partir da organização de diversos movimentos de mulheres em torno da bandeira do feminismo e da agroecologia, que este relato busca analisar as manifestações públicas, as questões implícitas e as formas de participação de mulheres agricultoras, quebradeiras de coco, indígenas e quilombolas durante a Plenária das Mulheres no IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). O encontro, do qual participei como comunicadora do movimento agroecológico, reuniu milhares de pessoas de todo o país no Parque Municipal em Belo Horizonte, entre os dias 31 de maio e 03 de junho de 2018.

METODOLOGIA

Para contribuir com a observação e a análise da Plenária das Mulheres no IV Encontro Nacional de Agroecologia foram utilizadas como referência a tese de doutorado de Emma Siliprandi (2009), além dos

¹ Trabalho curricular para a disciplina Antropologia e Cultura do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa.



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

textos abordados na Unidade *Crítica e apropriações da cultura*, da disciplina CIS 135 *Antropologia e Cultura* – ministrada pelo professor Douglas Mansur, do Departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal de Viçosa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Agroecologia, da forma que é entendida atualmente, não está ligada apenas às práticas agrícolas, ela envolve questões sociais, econômicas, ambientais, políticas e culturais, além de problematizar os impactos, para a sociedade de um modo geral, do sistema agrícola dominante. Nesse sentido, a Agroecologia é um conceito que engloba o conhecimento científico (**ciência**), o conhecimento empírico (**prática**) e a articulação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil para a construção política de um modelo mais sustentável de agricultura e de uma sociedade mais justa e igualitária (**movimento**) (WEZEL et al, 2009).

Em linhas gerais, a agroecologia pretende apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura e de desenvolvimento rural, considerados insustentáveis, para outros, sustentáveis. A sustentabilidade é definida, de forma ampla, como a capacidade de esses processos perdurarem no tempo, conciliando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente, e proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas (SILIPRANDI, 2009, p. 101).

No Brasil, a agroecologia (embora ainda não utilizasse este nome) surge no final da década de 1970 como resposta contra hegemônica às medidas da Revolução Verde adotadas no país desde a década anterior. É nesse contexto que ONG's, em articulação com sindicatos, associações e outros grupos organizados da agricultura familiar – e com o apoio dos setores mais progressistas da Igreja Católica (CEB's) - promovem debates sobre a importância da agricultura familiar, do desenvolvimento rural sustentável e da geração de renda no campo. Aliadas a esses debates, também são realizadas experiências de "agricultura alternativa", que no final dos anos 1980 ficaram conhecidas como experiências de "transição agroecológica" e como "agroecologia".

Embora o papel das ONG's e dos grupos organizados pareçam ter uma atuação muito recente (no máximo 40 anos), nesta "caminhada agroecológica", existe um senso comum no movimento de que os princípios da agroecologia já são praticados desde os povos originários, e têm sua base nestes povos, nas comunidades e nos conhecimentos tradicionais. Nesse sentido, Siliprandi destaca algumas questões que são imprescindíveis para a agroecologia, como por exemplo:

A visão de que os camponeses (entendidos como todos os grupos tradicionalmente excluídos ou subordinados da "modernidade" no campo, tais como indígenas e povos tradicionais) devem ser os sujeitos ativos dessas propostas, em diálogo com as disciplinas



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

científicas conhecidas (agronomia, ecologia, sociologia e economia rurais, etc.) (SILIPRANDI, 2009, p. 113).

Por outro lado, nem sempre, e nem todos, os representantes dos povos originários e tradicionais denominam as suas práticas como “agroecológicas” – embora nos últimos anos muitos tenham começado a se apropriar/anunciar/entender que o que fazem também é agroecologia. De fato, este avanço faz sentido quando avaliamos que a articulação política, em âmbito nacional, entre os movimentos agroecológico, indígena, quilombola, entre outros, ganhou força principalmente após o primeiro ENA, em 2002, e vêm se consolidando desde então. Siliprandi defende que a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), neste mesmo ano, representou a consolidação de uma aliança política entre os grupos que vinham se aproximando dos debates relacionados à agroecologia.

Em uma sistematização preliminar apresentada durante o II Encontro Nacional de Agroecologia, promovido pela ANA em Recife, em junho de 2006, aparece justamente essa diversidade. Foram selecionados 1011 casos em todo o Brasil, envolvendo homens e mulheres agricultores familiares, camponeses, quilombolas, agroextrativistas, “geraizeiros” (agroextrativistas que vivem no cerrado, em Minas Gerais), agricultores urbanos, indígenas, sem-terras, ribeirinhos e pescadores artesanais (SILIPRANDI, 2009, p. 151).

No caso das mulheres, houve maior aproximação das indígenas, quilombolas e quebradeiras de coco através da atuação do Grupo de Trabalho Mulheres da ANA que, desde o II ENA, vem fortalecendo a sua atuação e propostas para o movimento agroecológico com o enfoque de gênero.

A Plenária das Mulheres abordada neste artigo, aconteceu no dia 31 de maio de 2018 (primeiro dia do IV ENA) e, assim como nos ENAs anteriores, serviu como um momento de preparação e auto-organização das mulheres para os debates e seminários temáticos do encontro, além de servir como espaço para que elas identificassem suas pautas principais de luta. Com uma mesa composta apenas por mulheres – da plateia, os homens também poderiam participar (como ouvintes!) –. Foi nesta plenária que elas denunciaram os desafios e retrocessos que vêm enfrentando, assim como anunciam as suas conquistas nas diversas lutas cotidianas.

Nesta plenária, uma representante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) declarou: “Nós, trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, quebradeiras e tudo quanto é de categoria de mulheres das águas e das florestas, é quem temos a agroecologia em nossas mãos. Agora essa é a verdadeira agroecologia, e não é pop. Porque quem faz ‘agro é pop’ é a Globo. E nós, não. Nós faz é de verdade. É nós quem temos o alimento verdadeiro, sadio e saudável”.

O que indica que, além de reconhecer as suas práticas como agroecológicas, ela também destaca o importante papel das mulheres para o movimento. A verdade é que desde o final da década de 1980, as quebradeiras de coco já estavam articuladas e resistindo. E “um dos principais méritos desse movimento foi ter conseguido criar uma identidade política forte para essas trabalhadoras” se transformando em um motivo



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

de orgulho atuar na luta social e ambiental (SILIPRANDI, 2009, p.134). E de acordo com a fala da quebradeira citada, elas agora também defendem com orgulho a bandeira do feminismo e da agroecologia. O que não significa que a forma que elas vivenciam a agroecologia seja idêntica à de uma agricultora familiar da Zona da Mata mineira, ou de uma indígena da Região Amazônica, ou mesmo de uma mulher camponesa de Santa Catarina. Ainda assim, essas mulheres, cada uma do seu lugar, conseguem se unir e se comunicar.

Toda "cultura" encontra-se atada a um arcabouço relacional de contextos convencionais. Esses contextos nunca são absolutamente convencionalizados, no sentido de serem idênticos para todos aqueles que os compartilham; sempre têm pontas soltas, são incompletamente compartilhados, estão em processo de mudança, e podem ou não ser aprendidos conscientemente, no sentido de "regras". Mas essa coisa um tanto tênue e mal compreendida à qual nos referimos, com otimismo, como "comunicação" só é possível na medida em que associações são compartilhadas. Em toda "cultura", em toda comunidade ou todo empreendimento humano de comunicação, o leque de contextos convencionais gira em torno de uma imagem generalizada e das relações interpessoais humanas e articula essa imagem. Esses contextos definem e criam um significado para a existência e a socialidade humanas ao fornecer uma base relacional coletiva, uma base que pode ser atualizada explícita ou implicitamente por meio de uma infinita variedade de expressões possíveis. Eles incluem coisas como linguagem, "ideologia" social, aquilo que é chamado de "cosmologia" e todos os demais conjuntos relacionais que os antropólogos se deliciam em chamar de "sistemas" (WAGNER, 2010, p.81).

Em *A invenção da cultura* (2010), Roy Wagner aponta que “um contexto é uma parte da experiência e também algo que nossa experiência constrói; é um ambiente no interior do qual elementos simbólicos se relacionam entre si, e é formado pelo ato de relacioná-los” (pág.78). Dessa forma, pode-se dizer que para além das experiências dos movimentos agroecológico, indígena, quilombola, das quebradeiras, há um contexto atual em que esses movimentos procuram se relacionar e unir forças. Nesse sentido, Wagner ressalta que:

A comunicação e a expressão só são possíveis na medida em que as partes envolvidas compartilham e compreendem esses contextos e suas articulações. Se as associações contextuais de um elemento simbólico são compartilhadas, a significância de sua extensão ou "empréstimo" para uso em outros contextos também será compartilhada (WAGNER, 2010, p. 79).

A representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) na mesa da plenária, por sua vez, destacou que era preciso reforçar a importância do fortalecimento das mulheres negras nas pautas agroecológicas:

Nós temos um desafio que é a afirmação do modelo de agroecologia do qual as comunidades quilombolas defendem. As nossas práticas precisam ser fortalecidas no nosso modo de vida, no fortalecimento do nosso território, porque quem garante a soberania, como a



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

companheira disse, dentro da conservação da semente, do cuidado com a água, do cuidado com a terra, somos nós mulheres. E de certa forma a gente acaba repassando todas essas nossas influências para os nossos filhos e filhas. Então, a gente tem um papel muito importante nessa caminhada. E, hoje, pra nós ter o ENA, nesse contexto de golpe, nos mostra mais uma vez que nós mulheres temos que estar mais unidas. Mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres assentadas, ou seja, a unificação dos movimentos sociais, que é uma necessidade. Porque a gente precisa também entender que muitas vezes o meu lugar de pertencimento tem que ser fortalecido, tem que ser valorizado. Eu, enquanto mulher quilombola agroecológica, tenho uma visão que tem que ser respeitada, embora muitos não concordem com a forma que eu vejo a agroecologia, e nesse espaço de vários modelos e práticas, tem que ter esse respeito.

Wagner (2010) aponta que o ponto de vista e/ou modo como os membros de uma cultura aprendem a experienciar a ação e o mundo da ação é uma questão de convenção, mas que, por outro lado, “o meio pelo qual esse ponto de vista é estendido e reinventado, é aquele da diferenciação e particularização em termos de contextos não convencionalizados” (p. 96). Nesse sentido, o autor afirma que são os “atos de expressão” que articulam um contexto com o outro, de forma que ambos consigam se comunicar, tenham significado e consigam se reinventar.

A necessidade da invenção é dada pela convenção cultural e a necessidade da convenção cultural é dada pela invenção. Inventamos para sustentar e restaurar nossa orientação convencional; aderimos a essa orientação para efetivar o poder e os ganhos que a invenção nos traz (WAGNER, 2010, p 96).

Assim, pode acontecer com representantes de povos quilombolas. O que antes poderia ser considerado motivo de vergonha ou inadequação – ser de um quilombo –, para muitos, hoje, é anunciado como orgulho, como pertencimento, reconhecimento, resistência, luta e oportunidade de conquista de um território que já é deles (embora, muitas vezes, não o seja legalmente). A cultura hoje é utilizada também como autoafirmação e assume um novo papel como argumento político e “arma dos fracos” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 312), que, na verdade, seguem cada dia mais fortes na luta e na resistência.

Siliprandi relembra que, assim como as quebradeiras de coco, os quilombolas também começaram a se organizar no final da década de 1980. E com a Constituição de 1988, ficou estabelecido que os remanescentes de quilombos passariam a ter direito à propriedade da terra em que viviam.

A partir de então, desencadeou-se no país uma intensa mobilização dos movimentos negros urbanos e rurais para influenciar na formulação das regulamentações específicas, e, em particular para pressionar o Governo Federal, incumbido de fazer valer esses dispositivos (realizar os laudos antropológicos, demarcar as terras, relocar eventuais ocupantes não-negros, apoiar os quilombolas nas suas atividades produtivas, etc.). Foi formada a Organização das Mulheres Quilombolas, em nível nacional, composta por maioria de



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

rurais. O trabalho doméstico, o cuidado com as crianças, o desestímulo por parte dos companheiros, as dificuldades para manter/recriar tradições culturais tendo em vista a equidade de gênero, são alguns dos problemas enfrentados por essas trabalhadoras, que têm muitos pontos em comum com o conjunto das agricultoras familiares e camponesas (SILIPRANDI, 2009, p. 136).

Em “*Cultura e Cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais*” (2009), Carneiro da Cunha aponta que “vários povos estão mais do que nunca celebrando sua ‘cultura’ e utilizando-a com sucesso para obterem reparações por danos políticos” (p. 313). Pode-se acrescentar nesta conta: danos territoriais, materiais e imateriais. Os povos quilombolas e indígenas têm cada vez mais utilizado a “cultura” como instrumento de luta por seus direitos. Por outro lado, é importante destacar que em outro trecho, Carneiro da Cunha afirma que “se o indígena recuperou um pouco de seu valor ideológico no cenário nacional graças à repercussão das questões relativas à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais, isso não necessariamente se traduziu em benefícios concretos” (p. 332). Abordando os conceitos de cultura e “cultura”, a autora explica que “na linguagem marxista é como se eles já tivessem ‘cultura em si’, ainda que talvez não tivessem ‘cultura para si’. De todo modo, não resta dúvida de que a maioria deles adquiriu essa última espécie de cultura, a ‘cultura para si’, e pode agora exibi-la diante do mundo” (p. 313).

Em outras palavras: a cultura em si, ou apenas cultura, é o tipo de cultura que a pessoa/povo/grupo possui naturalmente, enquanto a cultura para si, ou “cultura”, é aquela que a pessoa toma consciência que possui e mostra para o outro. Ainda de acordo com a autora, “essa é uma faca de dois gumes, já que obriga seus possuidores a demonstrar performaticamente a sua ‘cultura’” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 313).

Esse fato pode ser observado na participação da representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que fez questão de se apresentar falando na sua língua de origem, em uma clara demarcação da sua “cultura”. Carneiro da Cunha (2009) acredita que os povos indígenas, para atingir seus objetivos, precisam agir de acordo com a maneira com que são entendidos por outros povos, e enfrentar as contradições que possam surgir a partir dessa atitude. A autora ainda destaca que “pessoas que são rotuladas institucionalmente passam a se comportar de modo estereotipado, como se espera que o façam (p. 363).

Contudo, durante uma entrevista que realizei, uma liderança indígena fez questão de ressaltar a importância da aproximação com o movimento agroecológico, assim como o papel que cumpre ao participar deste encontro nacional e, principalmente, na articulação com as mulheres para fortalecer a sua luta como indígena. Ela também se identificou como agricultora familiar e, assim como as outras lideranças citadas anteriormente, utilizou a expressão “nós mulheres” - demonstrando uma busca de proximidade e união com “as outras companheiras”. Ela ainda enfatizou o quanto se sentiu “aceita” naquele espaço e relatou como os indígenas sofrem discriminação em outros lugares.

Embora as mulheres indígenas também estejam organizadas desde a década de 1980, é importante perceber como elas se aproximam da agroecologia e se apropriam do feminismo como um instrumento de mobilização social, e, como subsídio para que junto com as mulheres da ANA, se articulem na luta pelas



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

mudanças sociais. Quando uma liderança indígena se apresenta como agricultora familiar e fala por “nós”, percebe-se claramente que existe um processo/entendimento (com suas contradições e limitações) em que o “eu” ganha mais força ao se reconhecer como parte de um “nós”, como sujeitos que necessitam se unir para avançar. É importante destacar que se unir não significa abandonar as suas formas tradicionais de luta e resistência.

Movimentos sociais, como o feminismo, constroem-se por meio de identidades políticas forjadas na crença da existência de interesses comuns, que fazem com que seus integrantes sintam que vale a pena mobilizar-se, arriscar-se, lutar contra uma situação vivida como opressiva (SILIPRANDI, 2009, p. 32).

Falando sobre a dinâmica da Plenária das Mulheres no IV ENA, houve uma mística de abertura com o tema “Rios das Vidas das Mulheres”, onde em pedaços de pano azul (representando as águas dos rios) foram colados os nomes das mulheres do passado e do presente da Agroecologia. Na verdade, todo esse processo se iniciou em setembro de 2017 no Congresso Brasileiro de Agroecologia e no Congresso Latinoamericano de Agroecologia, em Brasília, no qual havia uma mesa de debate *Memórias da Agroecologia* em que apenas homens foram convidados a participar. Indignadas, as mulheres do GT Mulheres da ANA resolveram fazer um ato/intervenção durante o debate, mas, ao questionarem a falta de mulheres para falar sobre a memória da agroecologia, a resposta que receberam foi de que “no princípio não havia mulheres na agroecologia” - o que demonstrou mais uma vez como a participação das mulheres enquanto sujeitos políticos permanece invisibilizada. Muito antes desse fato, Siliprandi já constatava que a participação das mulheres além de não serem valorizadas, tem as suas reivindicações específicas renegadas a um espaço marginal, e não são contempladas nas pautas políticas das organizações. A autora também já defendia a ideia de que “o próprio debate teórico sobre as propostas agroecológicas para o desenvolvimento rural somente terá autenticidade se incorporar a participação das mulheres, que têm um papel fundamental na elaboração do conhecimento agroecológico (SILIPRANDI, 2009, p. 34).

Desde o ato no Congresso ocorrido em Brasília, mulheres da agroecologia de todas as regiões do país vêm realizando dinâmicas e atividades para reforçar a importância da memória, da vida e da participação das mulheres para o movimento agroecológico. Os “rios da vida” são resultados de algumas dessas dinâmicas que estimularam o reconhecimento das mulheres como sujeitos e protagonistas.

Também fez parte da mística de abertura da Plenária das Mulheres no IV ENA uma espécie de “cura” do Rio Doce. Aproveitando a representação dos rios, as mulheres benzedeiras, agricultoras, indígenas, quilombolas se aproximaram do “Rio Doce” e celebraram suas curas. Emocionada, ao final da plenária, uma representante indígena utilizou diversas analogias para traduzir o que havia vivenciado e “aprendido”, como ela mesma disse durante o encontro (e ainda era o primeiro dia!); como também, para traduzir o que vinha vivenciando junto ao seu povo:



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

Quando eu soube desse encontro de agroecologia, eu disse: eu vou lá pra aprender o que essas mulheres querem falar, o que que essas mulheres querem dizer. E eu tô aprendendo. Pra mim chegar lá no meu povo e dizer: vamos buscar uma forma sem depender do governo, sem depender dos empreendimentos que querem enganar as lideranças, que deixa as mulheres de lado e os filhos que vão sofrer. Então, nós vamos buscar isso. E eu tô tão feliz com vocês, de estarem aqui gritando, vendo a situação do Rio Doce. Eu fico triste de imaginar o meu rio assim. Como é que eu vou ensinar o meu filho a pescar? Como é que eu vou ensinar os meus filhos a nadar? Se o governo tá tirando tudo isso de nós. Não querem demarcar, só querem invadir, explorar... e como que fica o nosso povo? Como se nós não fosse gente. Quando chegaram aqui nós já existia, mas o pariate chegou botando nós em quadrado, pra nós não ir além daquilo. Não caçar, não pescar, não atravessar... Como é que nós vamos viver? Como é a nossa liberdade? A nossa liberdade de recuar? Ou de ecoar a nossa voz? Então eu escolhi pra ecoar a nossa voz, lutar por eles que estão lá sofrendo. Não só indígenas, mas ribeirinhos, pescadores... porque sempre a água não nasce da torneira, a água não nasce da caixa d'água, a água nasce das nascentes, vem das brotas, vem dos rios, tudo isso o ser humano precisa. A água é vida. Tudo que há na vida não adianta não ter água, as plantas vão morrer, os animais vão morrer, nós vamos morrer, então nós devemos cuidar do bem maior que é a nossa água e a nossa casa... e parabéns mulheres que estão aqui. Eu agradeço muito e eu tô muito feliz de tá participando, não entendendo muitas coisas, mas eu sei que uma coisa eu tô aprendendo que é nunca recuar e sempre ecoar a nossa voz (Representante indígena).

Ela pode não ter entendido tudo o que foi dito durante a Plenária, como afirmou, mas a partir da sua fala é possível perceber que ela não só captou como já começou a reproduzir os pontos principais. “Não recuar e sempre ecoar a nossa voz” foi uma das falas da mesa da Plenária. Mas o que chama mais atenção neste depoimento é que, embora tenha incluído pescadores e ribeirinhos na sua fala, ela tratou as mulheres da agroecologia como se fossem outras: “eu vou lá pra aprender o que essas mulheres querem falar”.

Neste sentido, talvez ela ainda não se sentisse parte da agroecologia. Pelo menos até então não havia se apropriado/entendido que o que pratica junto aos seus também é agroecologia. E de fato é.

Como Carneiro da Cunha (2009) aponta “é notável o contraste das baixas taxas de desmatamento nos territórios indígenas com as áreas altamente desmatadas à sua volta e boa parte do que parece mata primária é na verdade cultivo florestal indígena” (p. 332). Este tipo de cultivo ecológico, este conhecimento tradicional, serve de base para o movimento agroecológico. Esta indígena já sabe utilizar o termo “cultura”, como também sabe dizer que o seu povo já existia quando “o pariate chegou”. E a prática agroecológica ela já conhece há muito tempo, mas o conceito *agroecologia* ela passou a conhecer melhor durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia e, principalmente participando atentamente da Plenária das Mulheres.

Hoje, grande parte dos movimentos citados adotam a agroecologia como estratégia de luta e como um novo enfoque produtivo e ambiental, mas não sem disputa por narrativas ou conceitualizações. Não existe uma unidade, como apontou a liderança quilombola. Em cada território/lugar/movimento a agroecologia tem



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

um modo e uma compreensão, mas o fato é que existe, entre essas mulheres, uma coerência de princípios e do sentido estratégico de enfrentamento ao patriarcado, ao capital, e ao processo de modernização conservadora da agricultura.

Pois o fato é que, em si mesma, a diferença cultural não tem nenhum valor. Tudo depende de quem a está tematizando, em relação a que situação histórica mundial. Nas últimas duas décadas, vários povos do planeta têm contraposto conscientemente sua "cultura" às forças do imperialismo ocidental que os vêm afligindo há tanto tempo. A cultura aparece aqui como a antítese de um projeto colonialista de estabilização, uma vez que os povos a utilizam não apenas para marcar sua identidade, como para retomar o controle do próprio destino (SAHLINS, 1997, p 46).

Como aponta Siliprandi em sua tese, essas mulheres não dão prioridade para as mesmas questões, não trabalham a terra da mesma forma e provavelmente não se reconhecem filiadas às mesmas correntes dentro do movimento; contudo, concordam que é necessário que as experiências das mulheres sejam sim valorizadas e que elas possam se organizar e assumir o seu lugar de sujeitos políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como a cultura, o conceito de agroecologia pode ser considerado intrinsecamente plural. Da mesma forma que o movimento agroecológico se referênciava nos povos originários e tradicionais para seguir resistindo, como numa via de mão dupla estes povos também têm se aproximado dessa luta e se apropriado da agroecologia como mais uma bandeira de resistência e autoafirmação. É nesse sentido que o movimento agroecológico vai se adaptando aos esquemas culturais existentes, mas não sem disputa por parte destes sujeitos que conhecem melhor do que ninguém as suas lutas diárias, e que precisam e merecem ser respeitados nas suas necessidades, sabedorias e realidades. A relação entre feminismo e agroecologia, na perspectiva da participação política, pode ser também um importante campo de investigação tanto na Antropologia, quanto na Sociologia e Ciência Política. Ainda temos muito o que avançar neste debate e se faz necessário pesquisar mais a fundo as divergências e convergências entre estes sujeitos que estão se aproximando da agroecologia e as que estão no movimento há mais tempo.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **"Cultura" e Cultura**: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In CARNEIRO DA CUNHA (org) *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

SAHLINS, Marshal. **"O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica**: porque a cultura não é um 'objeto' em via de extinção". In: *Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1 e 2, UFRJ, 1997.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

WEZEL, S.; BELLON, T.; DOR E, C. **Agroecology as a science, a movement and a practice**. 2009.